

# ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

## POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

### (Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio)

#### VERSÃO PARA DIVULGAÇÃO PÚBLICA

#### 1. Objetivo

Essa Política tem como objetivo estabelecer as diretrizes para determinação da remuneração aos acionistas do Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú Unibanco"), de forma a apresentar aos acionistas certa previsibilidade em sua remuneração.

#### 2. Definição

Ao alocar seu patrimônio em ações (ordinárias ou preferenciais) do Itaú Unibanco, o retorno dessa aplicação ocorre, basicamente, por meio do pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ("JCP") e/ou recompra com cancelamento de ações, conforme disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), além da valorização do papel em bolsa de valores (ganho de capital).

##### 2.1 Dividendos e JCP

Por disposição estatutária, os acionistas têm direito a receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado conforme artigo 202 da LSA.

O cálculo é baseado no encerramento do último exercício social (balanço), podendo considerar balanços semestrais ou de períodos menores. O dividendo mínimo obrigatório pode deixar de ser pago caso os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ("AGO") sua incompatibilidade com a situação financeira da companhia, cumpridas as exigências legais.

O Conselho de Administração pode deliberar o pagamento de JCP imputando seu valor ao dividendo mínimo obrigatório, conforme artigo 9º, § 7º, da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

Os pagamentos dos dividendos e dos JCPs podem ser tributados de acordo com a legislação vigente.

##### 2.2 Recompra com cancelamento de ações

A Companhia pode estabelecer programas de recompra com cancelamento de ações. Os impactos aos acionistas são: (i) aumento do percentual de participação na Companhia e (ii) maior retorno em dividendos/JCP em decorrência da menor quantidade de ações em circulação.

#### 3. Pagamentos dos valores devidos

Desde julho de 1980, o Itaú Unibanco remunera os acionistas por meio de pagamentos mensais e complementares de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, que são igualmente distribuídos para os acionistas ordinários e preferencialistas.

O valor total a ser distribuído é fixado pelo Conselho de Administração, considerando:

1. o nível de capitalização da Companhia, conforme regras definidas pelo Banco Central do Brasil;
2. o nível mínimo de capital principal (CET1) estabelecido pelo Conselho de Administração de 12%;
3. a lucratividade no ano;
4. as perspectivas de utilização de capital em função do crescimento esperado dos negócios, programas de recompra de ações, fusões e aquisições, e alterações de mercado e regulatórias que possam alterar a exigência de capital; e
5. mudanças fiscais.

O percentual distribuído pode variar conforme a lucratividade, demandas de capital e eventos extraordinários, respeitando o mínimo previsto no Estatuto Social do Itaú Unibanco.

Para consultar o histórico de proventos do Itaú Unibanco, consulte o site de Relações com Investidores

<https://www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores/informacoes-ao-mercado/dividendos-e-jcp/>

O direito de pleitear dividendos prescreve em 3 anos, conforme legislação vigente.

### 3.1 Aprovação

Compete ao Conselho de Administração:

- a) deliberar sobre a distribuição de dividendos/JCP intermediários, inclusive com base em lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral;
- b) levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, observadas as disposições do artigo 204 da LSA e do Estatuto Social do Itaú Unibanco;
- c) deliberar sobre o pagamento de JCP;
- d) deliberar sobre a distribuição de dividendos ordinários “*ad referendum*” da Assembleia Geral; e
- e) deliberar sobre orçamentos de resultados e de investimentos e respectivos planos de ação.

### 3.2 Dividendos e/ou JCP Mensais

O pagamento mensal é feito a título de antecipação do que será distribuído após a apuração do Balanço Patrimonial anual.

O valor líquido de R\$ 0,015, por ação, é pago com base na posição acionária do último pregão, na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), do mês anterior ao mês de competência, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês subsequente ao mês de competência.

### 3.3 Destinação do lucro

Com as demonstrações contábeis, o Conselho de Administração apresenta à AGO proposta de destinação do lucro líquido, observando as seguintes disposições:

- a) antes de qualquer outra destinação serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) calcula-se, com base no resultado da subtração do lucro líquido ajustado pelo valor alocado à Reserva Legal, a importância destinada aos acionistas, observadas, além do dividendo obrigatório, as seguintes disposições estatutárias:
  - às ações preferenciais será atribuído o dividendo prioritário mínimo anual (R\$ 0,022 por ação);
  - a importância do dividendo obrigatório que remanescer após o dividendo de que trata a alínea anterior será aplicada, em primeiro lugar, no pagamento às ações ordinárias de dividendo igual ao prioritário das ações preferenciais; e
  - as ações de ambas as espécies participarão dos lucros distribuídos em igualdade de condições depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao mínimo das preferenciais.
- c) caso o Itaú Unibanco tenha contabilizado Reservas de Lucros a Realizar em exercícios anteriores, os montantes realizados comporão a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios; e
- d) o saldo terá o destino que for proposto pelo Conselho de Administração, inclusive para a formação das reservas previstas no Estatuto Social do Itaú Unibanco.

A reserva estatutária de lucros constitui garantia e segurança adicional para a saúde econômico-financeira da companhia, causando o menor impacto possível na continuidade das suas operações ou no fluxo de dividendos para os acionistas.

Além disso, parte dos lucros é reinvestida no negócio gerando sustentabilidade da companhia.

#### **4. Documentos relacionados**

- Lei no 6.404 de 15 de dezembro de 1976.
- Lei no 9.249 de 26 de dezembro de 1995.
- Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.645, de 16 de março de 2018.
- Lei nº 15.270, de 26 de novembro de 2025.
- Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).
- Estatuto Social do Itaú Unibanco
- Programa de Reinvestimento de Dividendos

Essa política foi aprovada pelo Conselho de Administração no dia 26 de janeiro de 2026.